

# A contribuição do Banco Mundial na efetivação da parceria público-privada no sistema Educativo Moçambicano

Crescêncio Ernesto Manhique<sup>1</sup>; Octávio José Zimbico<sup>2</sup>

## RESUMO

A parceria entre o Estado e o sector privado é relevante na melhoria do acesso à educação e da qualidade do ensino. Uma das instituições que tem contribuído no sector de educação em Moçambique é o Banco Mundial. O presente artigo procurou compreender a contribuição desta entidade na efetivação das PPP's no sistema educativo moçambicano. Para a sua elaboração, optou-se pela metodologia qualitativa. O estudo tem cunho bibliográfico e como técnica de recolha de dados, recorreu-se à análise documental que consistiu na leitura dos manuais, artigos científicos, dissertações e teses que abordam sobre a PPP na educação e atuação do banco mundial no sistema educativo moçambicano em particular. Neste artigo, é defendida a tese de que a contribuição do Banco Mundial no sistema educativo moçambicano consiste na concepção das políticas públicas. Dada a sua contribuição, o Estado deixou de ser a única entidade provedora da educação e passou a permitir que as entidades comunitárias, cooperativas, religiosas, empresariais e privadas operassem no sistema educativo moçambicano através do mecanismo designado Parceria Público-Privada.

## Palavras-chave:

Parceria Público-Privada, Banco Mundial e Sistema Educativo Moçambicano.

## INTRODUÇÃO

A parceria público-privada (PPP) tem as suas raízes no Liberalismo que, para além do Estado, defende uma ampla participação de outras entidades: privadas e não-estatais. Devido à agudizada crise do Estado Moderno e, mais tarde, do Capitalismo, sobretudo a partir dos anos 1930, até à segunda metade do século XX, o Liberalismo metamorfoseou-se e acabou-se convertendo no que se designou de Neoliberalismo.

Para Azevedo (1997) o neoliberalismo é um movimento que não cessa, como se verifica na adopção da gestão da qualidade total na educação, à semelhança do que ocorre nas empresas, convertendo-se numa sugestão feita aos sistemas de ensino. Os defensores do Neoliberalismo, encabeçados por economistas como Friedrich Hayek (1899-1992) Milton Friedemann Marrach (1912-2006) e Adam Smith (1723-1790), sob princípio do livre-mercado e sem a intervenção estatal (que a consideram perniciosa), na prestação de diversos serviços públicos, incluindo na educação, têm apregoado que o setor privado é mais eficaz e eficiente, comparativamente ao setor público.

Os neoliberais acreditam que as leis do mercado (procura e oferta) são determinantes na prestação de bens e

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane. Áreas de interesse: Políticas e reformas da educação; Estudos curriculares e Empreendedorismo na educação. Email: [crescencio.manhique@gmail.com](mailto:crescencio.manhique@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutorado em Educação, especializado em Instituições, Práticas Educativas e História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Leciona nos níveis de graduação e Pós-graduação em Educação na Universidade Eduardo Mondlane. Suas áreas de interesse incluem História da Educação moçambicana, Políticas de Educação. Email: [o.zimbico@gmail.com](mailto:o.zimbico@gmail.com).

serviços. Nesta senda, o mercado encarregar-se-á pela correção das falhas que ocorrem no mercado. Na visão de António (2014), o mercado é concebido como o mecanismo de auto-regulação social e econômica, motor da organização social e palco onde se exerce o direito básico de propriedade que caracteriza a sociedade aberta.

De acordo com a teoria neoliberal, o Estado vem passando por uma crise, porque gastou tanto mais do que podia para se legitimar, já que tinha que atender às demandas da população por políticas sociais que são um verdadeiro saque à propriedade privada, pois são formas de distribuição de renda, além de atrapalhar o livre andamento do mercado (PERONI, 2003).

Em consonância com Peroni (2003), Neves (2010) afirma que os organismos internacionais como Banco Mundial (BM) e fundo monetário Internacional (FMI) difundiram um diagnóstico de crise na educação escolar a partir: a) da revolução tecnológica que demandaria novas qualificações básicas do trabalhador; b) da necessidade de redefinição dos recursos destinados à escola pública diante da crise do próprio aparelho burocrático estatal; c) da ampliação do sector informal e do chamado Terceiro Sector, exigindo dessa escola uma preparação para os novos perfis profissionais e para novas formas de participação política. Quanto às políticas educacionais, que são igualmente políticas sociais de responsabilidade exclusiva do Estado e analisadas a partir de categorias restritas do pensamento neoliberal, vinculam-se à ideia de se orientar a política educacional a partir dos preceitos que dirigem os mercados, ou seja, para o setor privado (Pires, 2009). Nesta linha de pensamento, Pires e Peroni (2018) afirmam que a escola se vê diante de uma lógica que não privilegia o ideário democrático do ensino, mas a lógica de mercado e da competição, tendo como resultado a mercantilização dos sistemas de ensino.

Relativamente a parceria público-privada é, por um lado, um conceito e, por outro, uma política que não surge necessariamente na área da Educação, mas sim industrial. Harvey (2008) afirma que na educação as PPP's comportam a existência de alternativas para a oferta de educação, além do financiamento público e da educação oferecida pelos entes públicos. Nesse sentido, as parcerias dão suporte à área de educação através de atividades filantrópicas, elaboração das políticas e fornecimento de financiamento. Na visão de Ribeiro (2017), as PPP's estão presentes de diversas formas, nomeadamente: na área da construção, reforma e manutenção de infraestrutura, na área de prestação de serviços, na gestão, na defesa de políticas e no processo de ensino e aprendizagem. Todas trabalham na perspectiva de que a Educação pode trazer a prosperidade às sociedades. Na mesma senda, Hatcher (2006), citado por Gunther (2017), refere que na educação as PPP's incluem arenas tradicionais dos sistemas públicos de ensino: definição de políticas, oferta da educação, fiscalização e gestão escolar.

A parceria entre o Estado e o setor privado pode ter um papel relevante na melhoria do acesso e da qualidade do ensino. Por meio dessas parcerias é possível agregar-se a eficiência do privado na educação pública (Ferreira e Veloso, 2006). Podem-se destacar dois tipos de parcerias mais comuns: (i) financiamento público para escolas privadas existentes e (ii) a atuação privada em escolas públicas. Como demonstrado por Patrinos *et al.* (2009) e Rodrigues (2015), o sistema de "vouchers" é o mais conhecido nesse primeiro tipo de parceria e é utilizado em países como Chile, Holanda, Bélgica, Dinamarca, Suécia, Hungria, República Checa e Colômbia. Por esse sistema, o governo fornece os recursos financeiros para o aluno, o "voucher", e este escolhe a escola privada que deseja frequentar.

A PPP é um mecanismo que atua quer ao nível macro quer micro. Ao nível macro, ela é vista no âmbito da administração da Educação, configurando-se, deste modo, como uma política e/ou mecanismo educativo, cuja abrangência e vigência é de âmbito nacional. Já ao nível micro, a PPP é concebida como uma estratégia educativa, visando ao melhoramento das práticas da liderança e gestão escolar.

Cláudio (2011) afirma que a escola, por si, não pode sozinha encontrar soluções para os problemas educativos complexos com que se depara a sociedade atual. A escola une-se aos parceiros para responder aos problemas e às solicitações provenientes do seu exterior. Quando comunidades inteiras trabalham de forma conjunta e em parceria para melhorar a educação, todos são beneficiados. As empresas podem adoptar políticas de apoio às famílias no ambiente de trabalho e envolverem-se com a Educação Escolar.

Segundo Libâneo (2001), é necessário que a organização escolar tenha objetivos que sejam identificados, aceites, compreendidos e desejados por todos; busque o envolvimento de todos com os objetivos coletivamente traçados; disponha de completa interação comunicativa através de várias formas e canais de comunicação entre a organização e as pessoas; disponha de autonomia do grupo que implique a livre determinação e escolha dos objetos e processos de trabalho; construa conjuntamente um ambiente de trabalho; apresente discussão pública dos problemas e soluções; mantenha diálogo franco entre as partes; procure consenso em pautas básicas e, por fim, elabore, acompanhe e avalie atividades conjuntamente.

Apesar de a educação ser uma política pública e que a princípio deve ser garantida pelo Estado, denota-se a incapacidade ou limitação em prover na totalidade a esse direito social humano chamado educação. Por isso, como alternativa adota-se a política da parceria público-privada (PPP) que,

segundo Santos (2007), consiste numa relação entre duas organizações (uma de natureza pública e outra de natureza privada) por um prazo determinado, baseada nas expectativas e valores mútuos, com a finalidade de alcançar objetivos específicos, através da maximização da eficiência dos recursos de ambas as partes.

Para Young (2004) a educação constitui um dever do Estado, porém, aponta que a participação da iniciativa privada é extremamente desejável. Portanto, as empresas, um dos polos mais dinâmicos e inovadores da sociedade, podem e devem contribuir com o desenvolvimento da educação. A empresa deve agir na própria comunidade, ajudando a promover condições para que os centros de educação locais cumpram com seu papel de forma adequada. Essa participação pode se dar por meio de apoio à Organizações Não Governamentais e fundações que atuem na área da educação. A empresa pode também atuar diretamente nos centros de educação da comunidade em que está instalada estabelecendo parceria com a escola pública local e apoiando ações do governo.

De frisar que em Moçambique, o artigo 88 da Constituição de Moçambique (2018) preconiza que a educação constitui um direito e dever de cada cidadão. Tomando em conta a esse desiderato, MEC (2008) descreve que as escolas do Ensino Básico devem funcionar em edifícios próprios, com biblioteca, material didático, um posto de primeiros socorros e com boas condições de salubridade, acesso à água potável, casas de banho e/ou latrinas, e garantir o acesso as pessoas com deficiência.

Apesar de existir orientações administrativas com vista a garantia do acesso efetivo da educação, de acordo com os resultados de um estudo realizado por AFRIMAP (2012), o financiamento do ensino em Moçambique ainda é muito baixo para a concretização do ideal. As escolas ainda sofrem com carências nas salas de aula existentes ou com a total

falta de infraestrutura em certos casos. Em vários lugares, as crianças assistem às aulas sob árvores em terrenos sem muros para separar o espaço da escola do espaço usado pelos habitantes da região, situação que impõe dificuldades ao processo educativo.

Diante das constatações do estudo acima, entendemos que a parceria entre o Estado e o setor privado pode desempenhar um papel relevante no melhoramento do acesso e da qualidade do ensino, uma vez que as PPP's dão suporte à área de educação através de atividades filantrópicas, elaboração das políticas e fornecimento de financiamento.

No que concerne à Parceria Público-Privada como política da administração educacional moçambicana ela vigora desde o período colonial (1874) através das escolas comunitárias, embora notabilizou-se com a promulgação do Decreto nº 11/90, de 1 de junho, que propicia o surgimento de um novo quadro educativo. Trata-se da criação e funcionamento das escolas particulares, neste caso, as escolas privadas e comunitárias. Na sequência, aprovou-se a lei nº 6/92 de 4 de Maio, que resulta da nova Constituição da República de 1990, introduzindo, deste modo, o multipartidarismo e liberalização da economia.

As entidades comunitárias, cooperativas, empresariais e privadas participam na provisão da Educação (Artigo 1 da lei nº 6/92 de 4 de Maio). A lei nº 4/94 de 13 de setembro estabelece os princípios básicos para o envolvimento das entidades públicas ou privadas no apoio a atividades em diversas áreas sociais, incluindo a educação (MOÇAMBIQUE, 1994).

O governo tem encorajado o setor privado para o desenvolvimento da Educação, sobretudo, nos locais onde a rede escolar pública não existe ou as possibilidades de acesso, são escassas, tendo em conta que a Educação é um direito fundamental de cada cidadão, um instrumento para a afirmação e integração do indivíduo na vida social e

económica e um meio básico para capacitar o país a enfrentar os desafios do desenvolvimento (MOÇAMBIQUE, 2005).

Em coerência com o parágrafo anterior, o artigo 2 da lei nº 18/2018 de 28 de Dezembro preconiza que há necessidade de os pais, os encarregados de educação, a família, as instituições económicas e sociais e as autoridades locais participarem na oferta dos serviços educacionais.

De acordo com Moçambique (2020), o Plano Estratégico da Educação (PPE 2020-2029) em vigência aponta que o setor da educação conta com diversas parcerias, sendo de destacar as famílias, comunidade, sociedade civil, o setor privado e parceiros internacionais. O envolvimento da sociedade civil e do setor privado tem sido cada vez mais acentuado, através de ações de responsabilidade social que se traduzem na provisão de serviços educativos, incluindo a construção de escolas privadas, a disponibilização de equipamentos e materiais escolares e ainda a concessão de bolsas de estudo.

A existência das escolas comunitárias no sistema educativo moçambicano fundamenta-se pelo Diploma Ministerial nº 119/2014, 13 de Agosto de 2014 que revoga o Diploma Ministerial nº 126/94 de 5 de Outubro que regula a criação e o funcionamento dos estabelecimentos particulares de ensino particular desde o nível pré-escolar (creches e centros infantis), Ensino Primário, Ensino Secundário ao Ensino Técnico-profissional que culmina com o surgimento de escolas privadas, comunitárias e até de universidades.

O artigo 1 do referido Diploma Ministerial prevê a criação e o funcionamento das escolas privadas e comunitárias. Porém, cada uma com a sua especificidade quanto à gestão/administração, alocação de fundos, aquisição do material escolar ou didático, bem como a contratação dos professores.

Analizados os documentos normativos da Educação vigentes de 1992 a 2020,

compreende-se que, indubitavelmente, a Educação deixou de ser o monopólio do Estado. Quer entidades comunitárias, privadas e sociedade civil participam na provisão desse serviço, através do estabelecimento de várias iniciativas, a destacar: apoio financeiro e de material didático à escola pública e implantação de escolas particulares.

Portanto, no nosso entender, não se pode abordar sobre a parceria público privada no sistema educativo moçambicano, sem se destacar o papel do BM, daí que, ao elaborar-se o presente artigo procurava-se compreender a contribuição desta instituição financeira na efetivação das PPP's no Sistema Educativo Moçambicano. Para o efeito, norteou-se pela seguinte pergunta de pesquisa: *Qual tem sido a contribuição do Banco Mundial na efetivação das Parcerias Público Privadas no sistema educativo moçambicano?*

Com o presente artigo, se tem em vista o enriquecimento do atual debate político educacional e oferta de subsídios que nos permitam refletir, continuamente, acerca da parceria público-privada enquanto uma política da administração da educação moçambicana e que, quiçá, melhore a eficiência da prestação dos serviços educacionais.

Por outro lado, espera-se que se desenvolvam mais reflexões à volta da ideia da parceria público-privada no sistema educativo moçambicano. Conforme é sabido, a educação deixou de ser monopólio exclusivo do Estado, mas de todos: pais e/ou encarregados de educação, famílias e comunidades, organizações não-governamentais e parceiros internacionais. Cada um destes grupos alvo desempenha um papel na oferta e procura de serviços educativos, dentro das suas capacidades e meios, em função das necessidades (MOÇAMBIQUE, 2012).

Quanto ao itinerário metodológico seguido para a elaboração do artigo, elegeu-se a

metodologia qualitativa. O estudo tem cunho bibliográfico e como técnica de recolha de dados, à análise documental. Esta consistiu na leitura dos manuais, artigos científicos, dissertações e teses que abordam sobre a PPP na educação e atuação do BM no sistema educativo moçambicano em particular. Para o seu acesso, recorreu-se aos Sites Académicos, tais como: Scielo Analytics; Google Scholar e Scorpion empregando como frase de busca "parceria público-privada na educação e atuação do Banco Mundial no sistema educativo moçambicano".

### **Visão do banco mundial em relação ao projeto educacional para os países em desenvolvimento**

O Banco Mundial realça que o seu papel é o de colocar ao alcance dos países em desenvolvimento um cardápio de políticas para que estes selecionem a combinação mais adequada às suas necessidades. Haddad *et al.* (1990), citado por Tommasi *et al.* (2007), consideram que a contribuição mais importante do BM deve ser a assessoria, concebida para auxiliar os governos a desenvolver políticas educativas adequadas às especificidades de seus países. O financiamento do BM, em geral, será delineado com vista a fluir sobre as mudanças nas despesas e nas políticas das autoridades nacionais desses países.

De acordo com Uaciquete (2010) uma das preocupações do FMI/BM para com a educação nos países com as características de Moçambique, e decorrentes da sua condição socioeconômica, é garantir a educação básica, a abertura do "mercado educacional" para a intervenção dos privados e a redução da centralidade do Estado na definição e execução das políticas sociais.

No nosso entendimento, desde a década 90, o Estado moçambicano preocupou-se em se abrir ao mercado, isto é, buscar financiamentos aos organismos internacionais que, tradicionalmente,

operam no campo educacional, tais como: Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

Segundo Leher (1999), é no contexto da problemática do binómio pobreza-segurança que a educação passa a destacar-se como prioridade do BM. Na década de 70, passa-se a defender o financiamento à educação técnica e profissional como sendo o mais adequado para os países em vias de desenvolvimento, pois o financiamento à educação primária e secundária de formação geral era dispendioso.

De acordo com Arruda (1998) o pacote de reformas educativas que o Banco Mundial propôs aos países em desenvolvimento, dentre eles, incluem os seguintes elementos distintivos:

- **Prioridade depositada sobre a educação básica**

O Banco Mundial vem estimulando os países a concentrar os recursos públicos na educação básica, que é responsável, comparativamente, pelos maiores benefícios sociais e económicos e considerada elemento essencial para um desenvolvimento sustentável e de longo prazo, assim como para aliviar a pobreza.

- **O melhoramento da qualidade (e da eficiência) da educação como eixo da reforma educativa**

Verifica-se que a qualidade, considerada provavelmente o mais importante desafio e sem dúvidas o mais difícil de ser alcançado, localiza-se nos resultados e esses se verificam no rendimento escolar, sendo julgado a partir dos objetivos e metas propostos pelo próprio equipamento escolar, sem questionar a validade, o sentido e os métodos de ensino daquilo que se ensina. Nesse resultado o que conta é o “valor

agregado da escolaridade”, isto é, o benefício da aprendizagem e o incremento na probabilidade de uma atividade geradora de renda.

- **Prioridade sobre os aspectos financeiros e administrativos da reforma educativa**

Propõe-se, especificamente: a) a reestruturação orgânica dos ministérios, das instituições intermediárias e das escolas; b) o fortalecimento dos sistemas de educação (apontando de maneira específica de recolher dados em quatro itens: matrícula, assistência, insumos e custos); e c) a capacitação de pessoal em assuntos administrativos.

- **Descentralização e instituições escolares autónomas e responsáveis por seus resultados**

Descentralizar implica em uma alteração profunda na forma de exercer o poder político, significa o remanejamento do poder central, que passa a conferir autonomia política, financeira e administrativa às outras instâncias de poder público, envolvendo “necessariamente alterações nos núcleos de poder, que levam a uma maior distribuição do poder decisório até então centralizado em poucas mãos” (LOBO, 1990).

Portanto, relativamente a presença e atuação do Banco Mundial no sistema educativo moçambicano, compreendemos que ela inicia em 1987. Para que em Moçambique houvesse a reforma do Estado, o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) exerceram maior influência no desenho das políticas públicas e da educação em particular.

### **Atuação do Banco Mundial no Sistema Educativo Moçambicano**

Soares (2003) diz que a partir dos anos 80, o carácter da relação entre o BM e o Estado moçambicano mudou-se drasticamente. BM (2003) salienta que desde 1986 o BM tem

procurado “apoiar ativamente” os esforços de recuperação económica do Governo moçambicano.

Em 1987, o governo moçambicano apresentou um programa que, pela sua natureza, era de cunho essencialmente económico, o Programa de Reabilitação Económica (PRE). Abrahamsson e Nilsson (1998) fazem alusão de que o conteúdo do programa de reabilitação económica tencionava implementar formalmente o início da reestruturação político-económica do Estado moçambicano.

Luís (2005), refere que algumas mudanças no setor da Educação em Moçambique, por exemplo, a Reforma do Sistema Nacional de Educação estão relacionadas com a presença do BM. Segundo o autor, estas reformas enquadram-se na ampla estratégia do BM para reestruturação económica dos países em desenvolvimento.

No que diz respeito ao financiamento do BM em Moçambique no setor da educação, destaca-se o Fundo de Apoio ao Sector de Educação (FASE), criado em 2002 para apoiar a implementação do PEEC. Este é um fundo comum no qual os fundos dos doadores são depositados numa única conta em moeda estrangeira no Banco de Moçambique. Com um pedido do Ministério de Educação e Cultura (MEC) para o Tesouro Nacional, estes fundos são depois transferidos para uma Conta Única Governamental em Meticais (MT) e para uma conta bancária em dólares no Banco de Moçambique. Os fundos não usados não são automaticamente transferidos para o ano seguinte e os doadores têm direito, caso os fundos não usados sejam superiores a 15% por ano, de reduzir os seus desembolsos no ano seguinte (MOÇAMBIQUE, 2015).

O BM tem assistido o setor da educação em Moçambique através de cooperação técnica (assessoria) e financeira para o desenvolvimento da educação básica. Esta assistência tem sido feita através de projetos e financiamento que integram a dívida

externa do país para com esta instituição (MOÇAMBIQUE, 2015).

Segundo Amezade (2017) o financiamento das despesas e investimentos do governo de Moçambique passou a depender consideravelmente de doações e empréstimos oferecidos por agências internacionais e parceiros de cooperação bilateral e multilateral como o Banco Mundial. Perante este novo cenário, houve mudanças e reajuste do Sistema Nacional de Educação, Política Nacional de Educação e introdução de novos modelos de formação de professores.

Haddad *et al.* (1990), citado por Tommasi *et al.* (2007), afirmam que o financiamento atual do Banco Mundial para o setor da Educação aumentou consideravelmente, porém seus esforços representam somente 0.5% do total das despesas com a educação nos países em desenvolvimento.

No período de 2012-2015, em Moçambique, o BM disponibilizou cerca de 194013159,04 USD para o setor da Educação o que indica que o banco se esforça em financiar a Educação. A aplicação deste valor ainda suscite muitas dúvidas no que concerne a alocação desses recursos, não se sabendo se o problema é das políticas de financiamento ou das prioridades do MINEDH (*ibidem*).

Tommasi (2007) refere que os recursos são aplicados em ações fragmentadas e visam muito mais o controle da educação do que o melhoramento da qualidade, daí que o impacto do financiamento do BM sobre a educação e formação de professores não pode ser avaliado olhando apenas para quanto o banco tem gasto pois tem financiado pequenos projetos dos quais podemos destacar o Plano Estratégico da Educação do qual a formação de professores apresenta-se como uma prioridade, mas o grande impacto do BM sobre a educação se dá a partir das políticas macroeconómicas que o banco tem apoiado junto do FMI.

Um das áreas financiadas pelo Banco Mundial é a formação dos professores.

Segundo Banco Mundial (1995) citado por Tommasi *et al.*, (2000) a formação de professores sobretudo a inicial, sob o ponto de vista do Banco Mundial é considerada como sendo a educação geral e capacitação pedagógica, por essa razão a torna muito cara especialmente devido ao tempo investido na Educação Geral, que consiste no conhecimento de matérias, que podem ser fornecidas no ensino secundário a mais baixo custo, entre 7 e 25 vezes mais barato do que a formação inicial.

Em coerência com a citação acima, Torres (2007) refere que atualmente, o tema professor em geral, preocupa o Banco Mundial e a sociedade em geral, sendo que, o Banco Mundial tem posições muitas vezes ambíguas, inconsistentes e inclusive contraditórias sobre o professor. Pelo Banco Mundial, os professores são vistos como problema antes que recurso, um “insumo” educativo necessário, porém caro, complexo e difícil de lidar. Não somente a formação dos professores, como também eles próprios são para o Banco Mundial na sua visão economicista um “*beco sem saída*”, ou seja, um mal necessário, pois para que o processo educativo ocorra é necessária a presença da figura do professor, por mais que seja caro assegurar a sua existência é inevitável.

### **Presença do Banco Mundial nos Planos Estratégicos da Educação: (1995-2029)**

De acordo com Moçambique (1998) a prioridade central do Banco Mundial é o Ensino Básico. Moçambique (2003) aponta que para além de o segundo Plano Estratégico da Educação manter as prioridades do anterior, alarga o seu âmbito para as questões ligadas a “melhoria da qualidade da educação e o Plano Estratégico da Educação (2012-2016), que não fugindo dos primeiros valoriza a educação não apenas como um direito humano, mas também como um instrumento eficaz para o

desenvolvimento do país e para o combate da pobreza absoluta, Moçambique (2012).

Moçambique (2006) aponta que o Plano Estratégico da Educação (2006-2011) considera que, em 2002, o Banco Mundial, com o apoio de outras agências multilaterais e bilaterais, lançou a Iniciativa “Fast-Track Initiative” (FTI). Esta iniciativa pretendia mobilizar recursos adicionais em apoio aos objetivos da Educação para todos os países que tenham planos credíveis para a Educação Básica, mas que sofrem de *déficits* financeiros significativos.

Por seu turno, Moçambique (2006) explica a existência do Banco Mundial no primeiro Plano Estratégico da Educação (1999-2005) cuja prioridade central é o Ensino Básico, e no segundo Plano Estratégico da Educação (2006-2011), é o melhoramento da qualidade da Educação e retenção dos alunos até à 7.<sup>a</sup> Classe, Formação de Professores, Desenvolvimento da Educação Técnico-Profissional e Vocacional e de um Ensino Secundário com características profissionalizantes.

### **Considerações finais**

Ao elaborar-se o presente artigo pretendia-se compreender a contribuição do Banco Mundial para a efetivação da Parceria Público-Privada no sistema educativo moçambicano, sendo que para tal baseou-se na pesquisa bibliográfica e documental.

Diferentemente das demais entidades que no âmbito das PPP na educação apoiam o Estado nas áreas como infraestruturas escolares, o Banco Mundial exerce maior contribuição e influência no desenho das políticas públicas da educação, daí que, no sistema educativo moçambicano permite-se à participação do setor privado na provisão dos serviços educacionais.

Tal como é sabido 5 anos após o alcance da independência, o Estado moçambicano formulou o Plano Prospectivo Indicativo (PPI) para dez anos (1980 – 1990). De acordo

com este plano, a década de 1980 seria de “vitória sobre o subdesenvolvimento”. Para Abrahamsson e Nilsson (1998) citados por Castiano e Ngoenha (2013), a esperança do governo moçambicano era que o pedido de entrada de Moçambique, em 1984, para o Banco Mundial (BM) e para o Fundo Monetário Internacional (FMI) pudesse trazer um necessário fluxo de apoio.

De salientar que Moçambique foi aceite pelo BM e FMI em 1987. Na visão de Gonçalves (2011), a presença dos organismos internacionais em Moçambique começa a evidenciar-se através dos programas de reajuste estrutural no contexto da reorientação do papel do Estado dentro das políticas económicas nacionais. Neste contexto, o Estado passa a adoptar a economia de mercado (com bases neoliberais) o que levou ao radical enfraquecimento do Estado com a renúncia dos graus importantes de soberania nacional, passando a subordinar-se a instituições como o FMI e o BM.

Em suma, neste artigo, a tese defendida é de que a contribuição do Banco Mundial tem sido ao nível do desenho das políticas públicas. Este organismo influenciou ao Estado moçambicano para que deixasse de ser a única entidade provedora da educação e abrisse o espaço para que as demais instituições operassem através do mecanismo designado Parceria Público-Privada.

## REFERÊNCIAS

ABRAHAMSSON, Hans; NILSSON, Abrahamsson. **Moçambique em transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período de 1974-1992**. Chalmers Repröcental, 1998

AFRIMAP; Society Initiative for Southern Africa. **A Prestação Efetiva de Serviços Públicos no Setor da Educação: Um relatório publicado pelo AfriMAP e pela Open Society Initiative for Southern Africa**. Johannesburgo, 2012. Disponível em: [http://www.afrimap.org/english/.../AfriMAP\\_Mocambique\\_Educ\\_main\\_PT.pdf](http://www.afrimap.org/english/.../AfriMAP_Mocambique_Educ_main_PT.pdf).

ANTÓNIO, Emanuel. Meque. **Reforma do Estado e direito à educação básica em Moçambique (1987 - 2007)**. Dissertação (não publicada). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

ARRUDA, Marcos. ONGs e o Banco Mundial: é possível colaborar criticamente? In: TOMMASI, Livia; WARDE, Miriam Jorge; HADDAD, Sergio. (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998. p. 41-74.

AZEVEDO, Janet Maria Lins. **A Educação como Política Pública**. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 1997.

BM. **Estratégia de Assistência a Moçambique 2004-07. Questões frequentemente colocadas**. Maputo - Moçambique, 2003.

CLÁUDIO, Perinasso. **Parcerias público-privadas em educação: construção de sujeitos**. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade Cidade de São Paulo - UNICID, 2011.

FERREIRA, Sergio Guimarães; VELOSO, Fernando. **Parcerias Público-Privadas em Educação**, 2006. Disponível em: [https://www.cps.fgv.br/cps/simulador/Site\\_CPS\\_Educao/Parcerias\\_Publico\\_Privadas\\_em\\_Educacao.pdf](https://www.cps.fgv.br/cps/simulador/Site_CPS_Educao/Parcerias_Publico_Privadas_em_Educacao.pdf). Acesso: 27 jun. 2020.

GONÇALVES, Antonio Cipriano Paranfino. **Educação, modernidade e crise ética em Moçambique**. Maputo: Dondza Editora, 2011.

GUNTHER, Helen Fischer. **Práticas de liderança na escola pública: um estudo comparativo**. Tese (não publicada), Santa Catarina - Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008.

LEHER, Roberto. Um Novo Senhor da Educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Outubro**, v. 1, n. 3, p. 19-30, 1999. Disponível em: [http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/03/out3\\_03.pdf](http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/03/out3_03.pdf)

LIBÂNEO, José. Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. São Paulo: Editora Alternativa, 2001.

LOBO, Theresa. **Descentralização: Conceitos, princípios, prática governamental**. São Paulo: Cad. Pesq, 1990.

LUÍS, Augusto Jone. **Políticas do Banco Mundial para a Educação Básica Moçambicana 1985-2000**. Florianópolis: SC, 2005.

MEC. **Regulamento Geral de Avaliação do Ensino Básico (REGEB)**. Maputo: DINEG/MEC – Moçambique, 2008.

NEVES, Lucia Maria Wanderlei. **A direita para o social e a esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2010.

PATRINOS, Harry Anthony; BARRERA-OSORIO, Felipe; GUAQUETA, Juliana. **The Role and Impact of Public-Private Partnerships in Education**. The World Bank, Washington DC, 2009.

PIRES, Daniela de Oliveira. **A configuração jurídica e normativa da relação público-privada no Brasil na promoção do direito à educação**. Dissertação não apresentada, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

PIRES, Daniela de Oliveira; PERONI, Vera Maria. Breves considerações sobre a redefinição do papel do Estado. In: **Política Educacional e Papel do Estado: no Brasil dos anos 90**. São Paulo: Xamã, 2018.

RIBEIRO, Vanuza Campos. **A parceria público-privada na amazônia: impactos na gestão escolar do ensino médio em Santarém**. Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, 2017.

RODRIGUES, Bruno da Costa. **Avaliação do impacto da utilização de parceria público-privada para a construção e operação de unidades municipais de educação infantil em belo horizonte**. Dissertação não publicada. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

SANTOS, P. O Banco Mundial: políticas e reformas. In: TOMMASI, Livia; WARDE, Miriam Jorge; HADDAD, Sérgio (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 3ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

SOARES, M. C. C. Banco Mundial: políticas e reformas. In: **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

TOMMASI, Livia; WARDE, Miriam Jorge; HADDAD, Sergio. (2007). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 5.ª ed. São Paulo: Cortez Editora.

TORRES, M. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: Tommasi, Livia; WARDE, Miriam Jorge; HADDAD,

Sergio. **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. 5 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

UACIQUETE, Adriano Simão. **Modelos de Administração da Educação em Moçambique (1983-2009)**. Universidade de Aveiro, 2010.

YOUNG, R. **Investimentos em Educação, Ciência e Tecnologia: o que pensam os Empresários**. Brasil: UNESCO, 2004.

## Documentos normativos

Moçambique. **Decreto n.º 11/90, de 1 de Junho de 1990 Autoriza o exercício de atividades de ensino particular e de explicador e revoga os artigos 1 e 6 do Decreto n.º 12/75, de 6 de Setembro**. Maputo, 1990.

Moçambique. **Diploma Ministerial n.º 119/2014, 13 de Agosto de que estabelece a criação e funcionamento das escolas particulares: privada e comunitária**. Maputo, 2014.

Moçambique. **Lei n.º 6/92 de 6 de Maio: Reajusta o quadro geral do sistema educativo e adequa as disposições contidas na Lei 4/83, às atuais condições sociais e económicas do país, tanto do ponto de vista pedagógico como organizativo**. Maputo, 1992.

Moçambique. **Lei n.º 4/1994 de 13 de Setembro de 1994 estabelece os princípios básicos para o envolvimento das entidades públicas ou privadas no apoio a actividades em diversas áreas sociais, incluindo a educação**. Maputo, 1994.

Moçambique. **“Combater a Exclusão, Renovar a Escola” (1999-2003)**. Maputo, Moçambique, 1998.

Moçambique. **Proposta do Programa do Governo para 2005-2009**. Maputo, 2005.

Moçambique. **Fazer da escola um polo de desenvolvimento consolidando a Moçambicanidade (2006-2011)**. Maputo, Imprensa Nacional, 2006.

Moçambique. **“Vamos aprender!” Construindo competências para o desenvolvimento de Moçambique (2012-2016)**. Maputo: Imprensa Universitária, 2012.

Moçambique. **Relatório Preliminar da FASE 2012-2015**. Maputo: FASE, 2015.

Moçambique. **Constituição da República de Moçambique**. Maputo – Moçambique, 2018.

Moçambique. **Lei n.º 18/2018 de 28 de Dezembro que altera a lei 6/92 de 6 de Maio do sistema educativo moçambicano**. Maputo, 2018.

Moçambique. **Plano Estratégico de Educação e Cultura 2020-2029**. Maputo, Moçambique, 2020.

## NOTA

Os (as) autores (as) foram responsáveis pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.

## The World Bank's contribution to the realization of the public-private partnership in the Mozambican Educational System

### ABSTRACT

The partnership between the Government and the Private sector it's relevant in improvement of education access and teaching quality. One the institutions that has contributed in the Mozambican educational it is the World Bank. This paper sought to understand this entity contribution in effectiveness of the PPP in the Mozambican educational system. For its elaboration, the qualitative methodology was chosen. The study has a bibliographic nature and as a data collection technique, documentary analysis was used, which consisted of reading manuals, scientific papers, dissertations and thesis that address PPP in the education and performance of the world bank in the Mozambican educational system in particular. This paper, it is defended the thesis that the World Bank's contribution to the Mozambican education system consists of the public policies conception. Given its contribution, the Government ceased to be the only entity providing education and allowed the communitarians, cooperative, religious, business and private entities to operate in the Mozambican educational system through the mechanism named Public-Private Partnership.

**Keywords:** Public-Private Partnership, World Bank and Mozambican Educational System.

## La contribución del Banco Mundial a la realización de la asociación público-privada en el sistema educativo de Mozambique

### RESUMEN

La asociación entre el Estado y el sector privado es relevante para mejorar el acceso a la educación y la calidad de la misma. Una de las instituciones que ha contribuido en el sector de la educación en Mozambique es el Banco Mundial. Este artículo pretendía comprender la contribución de esta entidad en la implementación de las APP en el sistema educativo mozambiqueño. Para su elaboración se eligió la metodología cualitativa. El estudio es de carácter bibliográfico y como técnica de recolección de datos se recurrió al análisis documental que consistió en la lectura de manuales, artículos científicos, disertaciones y tesis que abordan la APP en la educación y la actuación del Banco Mundial en el sistema educativo mozambiqueño en particular. En este artículo se defiende la tesis de que la contribución del Banco Mundial en el sistema educativo mozambiqueño consiste en el diseño de políticas públicas. Dada su contribución, el Estado dejó de ser el único proveedor de educación y comenzó a permitir que entidades comunitarias, cooperativas, religiosas, empresariales y privadas operaran en el sistema educativo mozambiqueño a través del mecanismo denominado Asociación Público-Privada.

**Palabras clave:** Asociación público-privada, Banco Mundial y sistema educativo mozambiqueño.